XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC/DOM HELDER CÂMARA

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL I

FABIANO TEODORO DE REZENDE LARA

GUSTAVO ASSED FERREIRA

SUSANA CAMARGO VIEIRA

Copyright © 2015 Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Todos os direitos reservados e protegidos.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria – Conpedi
Presidente - Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa – UFRN
Vice-presidente Sul - Prof. Dr. José Alcebíades de Oliveira Junior - UFRGS
Vice-presidente Sudeste - Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM
Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu - UNIFOR
Vice-presidente Norte/Centro - Profa. Dra. Julia Maurmann Ximenes - IDP
Secretário Executivo -Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC
Secretário Adjunto - Prof. Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto – Mackenzie

Conselho Fiscal
Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG /PUC PR
Prof. Dr. Roberto Correia da Silva Gomes Caldas - PUC SP
Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini Sanches - UNINOVE
Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS (suplente)
Prof. Dr. Paulo Roberto Lyrio Pimenta - UFBA (suplente)

Representante Discente - Mestrando Caio Augusto Souza Lara - UFMG (titular)

Secretarias
Diretor de Informática - Prof. Dr. Aires José Rover – UFSC
Diretor de Relações com a Graduação - Prof. Dr. Alexandre Walmott Borgs – UFU
Diretor de Relações Internacionais - Prof. Dr. Antonio Carlos Diniz Murta - FUMEC
Diretora de Apoio Institucional - Profa. Dra. Clerilei Aparecida Bier - UDESC
Diretor de Educação Jurídica - Prof. Dr. Eid Badr - UEA / ESBAM / OAB-AM
Diretoras de Eventos - Profa. Dra. Valesca Raizer Borges Moschen – UFES e Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - UNICURITIBA
Diretor de Apoio Interinstitucional - Prof. Dr. Vladmir Oliveira da Silveira – UNINOVE

D598

Direito, economia e desenvolvimento sustentável I [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFMG/FUMEC/ Dom Helder Câmara;
coordenadores: Fabiano Teodoro de Rezende Lara, Gustavo Assed Ferreira, Susana Camargo Vieira – Florianópolis: CONPEDI, 2015.

Inclui bibliografia
ISBN: 978-85-5505-119-7
Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações
Tema: DIREITO E POLÍTICA: da vulnerabilidade à sustentabilidade

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Brasil – Encontros. 2. Economia. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Congresso Nacional do CONPEDI - UFMG/FUMEC/Dom Helder Câmara (25. : 2015 : Belo Horizonte, MG).

CDU: 34

CONPEDI
Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito

Florianópolis – Santa Catarina – SC
www.conpedi.org.br

XXIV CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI - UFMG/FUMEC /DOM HELDER CÂMARA

DIREITO, ECONOMIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL I

Apresentação

Este Grupo de Trabalho, que em 12 de novembro de 2015 reuniu pesquisadores de todo o país para discutir Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável, não poderia ter se reunido em ocasião mais simbólica. Uma semana antes, no dia 5 de novembro, acontecera a tragédia do rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana, Minas Gerais, que resultou em perda de vidas humanas, de histórias de vida, de cultura, de meios de subsistência, lares, dentre outros bens. E afetou populações, economia e meio ambiente de, até agora, dois estados da federação, além de (segundo muitos) assassinar o Rio Doce, riquíssimo em biodiversidade e muito importante para a economia dos estados de Minas gerais e do Espírito Santo. E foi lembrando isso que iniciamos nossos trabalhos.

Estávamos também a pouco mais de um mês da data em que o mundo se reuniria novamente, em Paris, para discutir (e pode ser nossa ultima chance) como lidar com o problema das mudanças climáticas, cujos efeitos vêm sendo sentidos por todos, em todos os continentes. Nesse sentido, lembramos aos participantes que, no campo jurídico, Comitês Internacionais da International Law Association (importantes por reunirem estudiosos do direito e das relações internacionais de todos os continentes e vertentes político-jurídicas) vêm publicando obras e relatórios importantes sobre dano ambiental, desenvolvimento sustentável, responsabilidade social das empresas no contexto do desenvolvimento sustentável, e, mais recentemente, sobre a gestão e o uso de recursos naturais internacionais em/por Estados nacionais. Lembramos também de um projeto internacional (Earth System Governance) nascido em uma universidade (Universidade das Nações Unidas em Bonn) e que, hoje sob o guarda-chuva da Future Earth (que reúne as principais instituições nacionais e internacionais financiadoras de pesquisa sobre o assunto), vem discutindo experiências de governança, local e global, para prevenir/conviver/mitigar/adaptar planeta e sociedade na batalha contra os efeitos das mudanças climáticas. Há que sensibilizar para os problemas e engajar na busca de alternativas/soluções, jovens - cujo futuro está ameaçado... E isso exige uma mudança fundamental de mentalidade, para a qual o CONPEDI, com sua característica única de fazer conversar "todos os sotaques" dos diferentes estados e regiões brasileiros, está em posição de contribuir muito.

Foram 27 trabalhos selecionados em processo de avaliação cega, apresentados e discutidos em um clima de coleguismo e compartilhamento que não poderia ter sido mais agradável. Os

"sotaques" se ouviram, valorizaram, respeitaram e foram respeitados e valorizados. Foi certamente um longo dia, ao final do qual estávamos, todos (e ainda éramos muitos!), exaustos mas felizes. Saímos de lá, todos, com novas ideias e perspectivas. Convivemos com a diversidade, e dela aprendemos. Esperamos que este livro - resultado de tantos esforços - possa contribuir como se espera; que seja lido, replicado e as experiências multiplicadas. Agradecemos, a todos os que apresentaram trabalhos mas também a tantos que lá estiveram apenas para ouví-los, a presença, a atenção, o interesse. E esperamos vê-los em Brasília em seis meses!

O BIOPODER NO SISTEMA CAPITALISTA NEOLIBERAL DE PRODUÇÃO

THE BIOPOWER CAPITALIST SYSTEM PRODUCTION NEOLIBERAL

Irna Clea De Souza Peixoto

Resumo

O presente artigo busca analisar o termo biopoder no sistema capitalista neoliberal e de produção, tendo como base a visão de Foucault, bem como o termo Homo Sacer de Agamber, destacando os aspectos do Neoliberalismo. Abordando, em seguida, como esse modelo neoliberal sustenta os fundamentos do Biopoder defendido por Foucault e, por sua vez, como esse biopoder vai encontrar terreno fértil para a manutenção do Homo Sacer de Agamben. Demonstrar-se-á, em seguida, como o capitalismo e as sociedades de consumo se utilizam do capital humano em função do governo neoliberal, pois, o trabalho passa a ser analisado pelo comportamento humano, pelo investimento que o indivíduo faz em seu capital humano, entendido como a sua habilidade e competência que lhe permite produzir renda. O colaborador, objetivando uma melhora contínua desse capital humano, sujeita-se aos interesses econômicos, demonstrando assim, o risco nessa desregulada corrida do capitalismo, que finda por dilacerar a vida biológica de muitos, e acaba resultando em uma grande sensação de insegurança em todas as esferas da vida, transformando gerações, bem como enfraquecendo a sociedade do Bem-Estar. O estudo tem como base metodológica a pesquisa bibliográfica exploratória, com análise qualitativa.

Palavras-chave: Biopoder, Neoconstitucionalismo, Capitalista, Produção

Abstract/Resumen/Résumé

This paper analyzes the term biopower in the neoliberal capitalist system and production, based on Foucault's vision as well as the term Homo Sacer of Agamber, highlighting aspects of Neoliberalism. Addressing then such neoliberal model holds the fundamentals of Biopower defended by Foucault and in turn, how that biopower will find fertile ground for the maintenance of Homo Sacer of Agamben. It will be demonstrated, then how capitalism and the consumer society utilize the human capital due to the neoliberal government, therefore, the work can be analyzed by human behavior, the investment that the individual makes in their human capital understood as their skill and competence that allows it to produce income. The employee, aiming continuous improvement of this human capital, subject to the economic interests, thus demonstrating the risk that unregulated race of capitalism, which ended by tearing biological life of many, and ultimately results in a great sense of insecurity in all walks of life, transforming generations as well as weakening the company Welfare. The study is the methodological basis bibliographical research, using qualitative analysis.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Biopower, Neoconstitutionalism, Capitalist, Production

1 INTRODUÇÃO

Nas sociedades alicerçadas em princípios capitalistas neoliberais, o indivíduo passa a ser controlado e direcionado para fins específicos, suas vidas direcionam-se para atender a um mercado descontrolado e desregulamentado. Tais princípios dizem respeito a uma livre atuação da iniciativa privada e da concorrência na vida desses individuos. Essa ausência de Estado permite ao capitalismo o controle em relação ao mercado, aos preços, além da influência sobre vários aspectos relacionados ao social. Envolvendo essas sociedades sobre uma lógica tecnicista com a capacidade de excluir os que não se adaptam a ela.

Portanto, analisaremos inicialmente e de forma breve, como as práticas neoliberais se desenrolam, basicamente sobre o prisma foucaultiano. Além disso, lançaremos luz sobre o conceito foucaultiano de “biopoder”.

Cabe enfrentar ainda, como esse biopoder vai interferir em outro conceito importante; o de “Homo sacer” produzido pelo filósofo italino Giorgio Agamben, demonstrando por fim, a importância do consumo nessa relação entre: o modelo neoliberal capitalista, Biopoder e a figura do Homo sacer. Enfatizar-se-á, como essa sociedade de consumo é gerida na economia capitalista moderna e quais as bases que a fortalecem, bem como, as consequências ao indivíduo submetido ao capitalismo neoliberal.

2 O NEOLIBERALISMO E O BIOPODER SEGUNDO FOUCAULT

2.1 O NEOLIBERALISMO

Consoante Foucault, a origem do bio poder (Foucault, 2008), remonta ao Século XVIII, com a realidade do Estado como detentor de um poder com características de policiamento, ou seja. Um Estado de polícia. Essa característica de policiamento acaba assumindo o modo de administração desse Estado.

A biopolítica é uma ferramenta da política, que enquadra-se ou se molda, baseando-se em dois polos principais: um seria o patamar da diplomacia, legitimado, no papel do chefe de Estado e a instalação de um

exército profissional. Com esse tipo de organização estatal, o corpo de regência reside na vigilância, na regulação e na intervenção por parte do Estado. Assim, preservam-se as intenções de regulação, ou policiamento político sobre a vida de cada indivíduo, sobre as suas atividades, sobre a produção, e a influência de tais desdobramentos que contribuem para a manutenção do Estado de polícia. (FOUCAULT, 2008, P. 433)

O liberalismo surge como uma medida à parte nesse ciclo de gerência do Estado, haja vista que o mercado cria suas próprias leis. É com base nessa autoregência e na auto-proliferação do mercado, que será alicerssado o modelo neoliberal, retiradando a intervenção do Estado, e isto já se mostra presente no Século XVIII.

Durante este período, surge ainda o modelo fisiocrata, consoante o qual o mercado tomará proporções ainda mais fortes, com uma certa autonomia calcada em leis naturais, com o organismo mercadológico sendo regido por leis internas, a exemplo dos preços, que são geridos e modificados a partir da demanda.

Acerca do nascimento do sistema neoliberal, podemos de imediato, constatar o que afirma Foucault (FOUCAULT, 2008, p. 434.), que diante das características dessas transformações, conclui que a posição do Estado diante do mercado; é a de ter o mínimo possível de ações interventivas.

Seria, então, o Estado responsável apenas por gerir, e nortear administrativamente os assuntos correlacionados, exclusivamente, às esferas de cunho social, distintas ao mercado? De certa forma não, haja vista, que por meio de mecanismos legais, o Estado legitima a sua omissão frente às vontades do mercado. Os lucros e ganhos resdiem justamente na esfera comercial, na qual através da concorrência empresarial, trava-se a batalha do lucro sob as vistas do Estado, que com a ajuda do aparato judiciário, promulga leis que organizam sua atuação perante essa relação, e entre a própria lógica neoliberal – Estado e Mercado – segundo Foucault; “é a participação dos governados na elaboração das leis, num dado sistema parlamentar, que constitui o sistema mais eficaz da economia governamental” (FOUCAULT, 2008, p. 436).

Foucault parte da análise de duas vertentes do neoliberalismo. A primeira seria a europeia, mais precisamente a alemã, nascida no pós-guerra,

mas, semeada durante o regime nacional socialista, que pregava a hegemonia e a preponderância estatal. Para o filósofo, o neoliberalismo alemão tem ligação direta ao surgimento da revista “Ordo”, o que daria aos integrantes à escola de Friburgo[1], o titulo de ordoliberais. (FOUCAULT, 2008, p.141).

Ele situa tais delimitações histórico-biográficas no intuito de explicar o problema surgido na relação mercado versus Estado, com o advento do liberalismo. (no termo de liberdade de deixar fazer, ou Laissez faire) Vejamos;

> Se eu lhes evoco esses pequenos detalhes biográficos, é por certo numero de razões. Primeiro, como vocês veem, o problema que havia sido o da Alemanha em 1948, a saber: como conseguir articular a legitimidade de um Estado com a liberdade dos parceiros econômicos, admitindo-se que a segunda é que deva fundar a primeira, ou servir de caução à primeira. É evidente que os que abordaram e tentaram resolver esse problema naquela época já tinham dele uma antiga experiência. E desde a Republica de “Weimar" cuja legitimidade estatal era incessantemente questionada e se debatia no interior dos problemas econômicos que vocês conhecem. (Foucault, 2008, p.143)

Aponta ele, é que, após a Segunda Guerra, a teoria neoliberal alemã criou uma espécie de pavor em relação ao domínio absoluto do Estado, criticando e, ao mesmo tempo, usando como escada para o fortalecimento de sua ideia, o socialismo, e a teoria de Keynes, que ditava certa intervenção Estatal nas relações de mercado. Exatamente o contrário do que preconiza o pensamento neoliberal.

Nessa perspectiva de uma emancipação mundial do modelo neoliberal, não podemos deixar de citar o modelo estadunidense, mais especificamente, o neoliberalismo da escola de Chicago, que segundo Foucault (2008), assemelha-se à teoria neoliberal alemã, que é contrária à politica do New Deal, renegando, radicalmente a regência estatal e a planificação econômica.

Pode-se, ainda, elencar uma especificidade própria do modelo neoliberal americano, que seria caracterizado por uma espécie de teoria do capital humano. Esse modelo cede ao mercado uma proporção mais universal, rompendo as barreiras econômicas e políticas, e lança seus tentáculos sobre a vida pessoal do indivíduo, sobre o modelo de família americana. É tão forte o

---

[1] Escola de pensamento econômico do liberalismo, que enfatiza a necessidade do Estado assegurar a correção das imperfeições dos livre-mercados. Foi criada por economistas e juristas alemães no periodo do pós-guerra.

teor de racionalização do mercado, nesse modelo, que as ações neoliberais e suas intervenções, dirigem, controlam e moldam a personalidade do indivíduo, bem como formulam modelos e padrões de famílias na sociedade americana.

Dessa maneira, o neoliberalismo estadunidense alcança e trata campos antes não vistos como passiveis de se entender pelo viés econômico. É ai que Foucault elenca uma das críticas que contribuem para a evolução do liberalismo para o neoliberalismo, pois, segundo ele, No momento em que os neoliberais americanos veem uma necessidade de contrariar os pensadores do liberalismo, surge um novo olhar sobre o trabalho humano, e esta crítica se dá no campo da teoria politica. Como podemos observar abaixo;

> Primeiro, uma incursão da analise econômica dentro, de certa forma, do seu próprio campo, mas num ponto em que, precisamente, ela tinha ficado bloqueada ou, em todo caso, suspensa. De fato, os neoliberais americanos dizem o seguinte: estranho, a economia política clássica sempre indicou, e indicou solenemente, que a produção de bens dependia de três fatores: a terra, o capital e o trabalho. Ora, dizem eles, o trabalho sempre permaneceu inexplorado. Ele foi, de certo modo, a página em branco na qual os economistas não escreveram nada. (FOUCAULT, 2008, P.302)

Esses teóricos procuram evitar o pensamento de Marx, segundo Foucault, no que se trata da abordagem do trabalho, haja vista que a teoria marxista se apoia, justamente, na análise do trabalho, e do conceito de forças do trabalho no sistema capitalista. (FOUCAULT, 2008, p. 305)

> O problema da reintrodução do trabalho no campo da análise econômica não consiste em se perguntar a quanto se compra o trabalho, ou o que é que ele produz tecnicamente, ou qual valor o trabalho acrescenta. O problema fundamental, essencial, em todo caso primeiro, que se colocara a partir do momento em que se pretendera fazer a análise do trabalho em termos econômicos, será saber como quem trabalha utiliza os recursos de que dispõe. Ou seja, será necessário, para introduzir o trabalho no campo da analise econômica, situar-se do ponto de vista de quem trabalha; será preciso estudar o trabalho como conduta econômica, como conduta econômica praticada, aplicada, racionalizada, calculada por quem trabalha. (Foucault, 2008, P.307)

Percebe-se, então, que o trabalho assume um viés diferente no neoliberalismo, daquele aceito por Marx, por exemplo.

Dessa maneira, o filósofo francês, nos faz perceber que, para o neoliberalismo, o trabalho não existe somente em âmbito abstrato, pelo contrário, assume, na verdade uma existência física e palpável, o individuo como máquina passível de exercer atividades laborais, é, na verdade, a mercadoria vendida para a obtenção de ganho, pois o salário nada mais é do que uma renda, e o que é a renda, se não o produto ou ganho de um capital, então temos o salário como a renda do capital que é o trabalho. (FOUCAULT, 2008, p. 308).

Essa característica vai, inevitavelmente, equiparar o indivíduo, suas aptidões e a sua capacidade de trabalho a uma máquina. O desenrolar do neoliberalismo e do sistema capitalista nos Estados Unidos fez com que cada máquina sentisse necessidade de se aprimorar, para lograr alcançar melhores rendimentos, o que levou cada indivíduo a investir em educação e treinamentos técnicos. Essa capacitação leva a pessoa a ver-se como um meio para ganhar a vida, sua capacidade de trabalho ganha status de empresa pessoal; o homem como empresa e, ao mesmo tempo, como empresário e gerente dessa instituição de ganho. O homem norte-americano, inserido no contexto neoliberal, transforma-se em unidade-empresa, e a economia americana calcada no neoliberalismo, é composta dessas inúmeras unidades-empresas. (indivíduos) (FOUCAULT, 2008, p. 310)

É de acordo com esse parâmetro que a economia neoliberal americana atua e intervém em espaços da vida, antes nunca abordados, induzindo e norteando a atitude dos indivíduos, o que leva alguns países, que almejam o desenvolvimento, a investir, severamente, em investimentos relacionados ao capital humano.

2.2 O BIOPODER

O termo biopoder foi desenvolvido, pela primeira vez, por Foucault, no intuito de elaborar uma melhor descrição dos fenômenos de poder e de suas relações, nos séculos XVIII e XIX. Foucault percebeu que essa relação entre poder e população tinha um viés antes não percebido, no que tange a uma organização ou coordenação da vida do indivíduo que compõe a população,

que acaba por tornar-se problema econômico e político, sendo regulada e encarada através de infinitas técnicas, que Foucault denomina tecnologias de poder que cumprem a função de regular o corpo, e gerir a vida, dos componentes populacionais.

Este tipo de poder surge ao lado do poder disciplinar, no fim do século XVIII, e no mesmo contexto das sociedades onde o poder disciplinar se desenvolve. Molda-se para levar o corpo do homem a ser uma máquina programada com um único intento: atender, de forma mecânica e eficiente, as necessidades dos organismos econômicos. Não obstante essa nova forma de poder surgiu não para contrariar ou segregar as características do poder disciplinar, ao contrário, ela emerge paralelamente, ou ainda, a partir dessa tecnologia de controle do corpo individual, transfigurado no papel das prisões, das escolas e das casernas militares. Explica Foucault;

> Um conjunto de regulamentos militares, escolares, hospitalares e por processos empíricos e refletidos para controlar ou corrigir as operações do corpo. Dois registros bem distintos, pois tratava-se ora de submissão e utilização, ora de funcionamento e de explicação: corpo útil, corpo inteligível. E, entretanto, de um ao outro, pontos de cruzamento. "O Homem-maquina" de La Mettrie e ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de "docilidade" que une ao corpo analisável o corpo manipulável. (Foucault, 2004, p .118)

Contudo, o biopoder, segundo Foucault, diferencia-se do poder disciplinar, vez que não visa regular o corpo individual, mas, sobretudo, almeja controla-lo, de forma mais geral possível, lançando garras sobre o coletivo, ou seja, com essa nova técnica do biopoder, o foco de adestramento não recai somente sobre o corpo do indivíduo, mas, amplia-se ao corpo social, ao organismo total de uma sociedade. O mecanismo de controle ganha aspectos coletivos; a corda que norteava o corpo, com o biopoder, irá guiar, agora, o todo, o corpo social. Irá atuar no contexto da criação do termo “população” que toma ar de importância superior, atrelada ao aparecimento das novas tecnologias de controle advindas do biopoder.

> Os governos percebem que não tem que lidar simplesmente com os sujeitos, nem mesmo com um “povo”, porém com uma “população”, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e

> de habitat. Todas essas variáveis situam-se no ponto de interseção entre os movimentos próprios à vida e os efeitos particulares das instituições: "Os Estados não se povoam conforme a progressão natural da propagação, mas em razão de sua indústria, de suas produções e das diferentes instituições... os homens se multiplicam como as produções do solo e nas medidas das vantagens e dos recursos que encontram nos seus trabalhos. (Foucault, 1988, p.28).

O biopoder, também, discrepa do poder soberano, uma vez que, segundo Foucault, enquanto o soberano guardava cuidados ao reservar o direito de "deixar viver", com o biopoder essa noção passa a ser a de; "fazer viver", ou seja, uma preservação da vida, e de "deixar morrer". Preserva-se a vida de tudo aquilo que ameace a população.

Esse fazer viver, através da subjugação dos corpos e do corpo social, guarda o intuito de proteger a massa e regular a morte, mecanismos próprios da defesa e de controle da vida.

Podemos dizer que toda sociedade calcada na normalização como mecanismo de regulação da vida, em seu caráter "bio", nada mais é do que um exemplo de sociedade imersa na centralização da vida através do poder.

Foucault nos fala de uma era de um biopoder, esclarecendo que existe um processo de adaptação desse organismo de controle, que vem se moldando desde o Século XVIII, atuando em espaços militares e em escolas, dentre outros.

Com o seguir das linhas entrelaçadas da história, o biopoder também se entrelaça às novas realidades demográficas, sociais e, principalmente, econômicas, eis que, os tentáculos dessa nova forma de poder se expandem ao lócus do capitalismo, tornando-se uma técnica concreta na manutenção deste, já no século XIX.

Sendo assim, Foucault afirma que esse biopoder foi peça fundamental no desenvolvimento e na consolidação do capitalismo, uma vez que somente com a inserção total dos corpos biológicos dentro do processo de produção e com o enquadramento das populações nos moldes e nas necessidades da produção capitalista, o sistema seria garantido.

Contudo, o autor alerta que o capitalismo não criou demanda somente por tais mudanças oriundas do biopoder, se não, vejamos:

> Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; foi-lhe necessário o crescimento tanto de seu esforço quanto de sua utilizabilidade e

> sua docilidade; foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isto torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos grandes aparelhos de Estado, como *instituições* de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de bio-política, inventados no século XVIII como técnicas de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em ação em tais processo e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas, tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia [...] O investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis naquele momento. (Foucault, 1988, p. 132-133)

Com isso, percebemos que, com o desenvolvimento desse tipo de poder sobre a vida e o corpo do homem e do corpo social, ele acaba por causar mudanças e criam-se nuances na organização do poder dentro do próprio sistema de produção capitalista, de modo que, aquele que retém mais acaba por deter mais poder de mando sobre aquele que acumula menos capital; o bio-poder acaba por gerir as relações de poder.

Além disso, no que diz respeito ao cenário do capitalismo o corpo ganha novo aspecto, transmuta-se em elo unitário, de valoração da relação de trabalho inserida na relação de produção capitalista. O corpo assume o feitio de marco social decisório, no qual, aquele que é bem estimulado economicamente destaca-se dos demais, gerando a segregação e a estratificação social.

Ou seja, diante de tudo isto, acaba-se por criar um paradigma, haja vista, que enquanto o capitalismo se desenvolve, cria-se uma vital necessidade de acomodação e adaptação deste bio-poder como técnica de poder, ao mesmo passo, este mesmo desenrolar do bio-poder, é o que vai tornar possível a consolidação do capitalismo, (como vimos acima).

No mais, podemos afirmar que o capitalismo e o bio-poder entrelaçam-se, em um voluptuoso jogo de reprodução e semeação. Agem de mãos dadas, de modo que, a população assume o papel, ou acaba virando sinônimo de classe trabalhadora. Ora, onde mais moraria a força de trabalho da qual o capitalista tanto necessita se não no corpo do indivíduo? Então, a força do trabalho, reside justamente na vida do trabalhador, o que justifica a importância e a atenção dada pelo capitalismo à manutenção e ao controle dessa vida.

Diante do exposto, vemos que o controle politico, da vida biológica, a organização, a regulação e a manutenção de uma população, pelo Estado, conforme suas tecnologias guarda estrita consonância com as conveniências do sistema capitalista.

3 A FIGURA HOMO SACER SEGUNDO AGAMBEN.

Agamben[2] parte da ideia de bio política, criada por Foucault, para acrescentar na discussão a interferência do poder soberano no ocidente, sobre a vida e a morte dos indivíduos e dos corpos sociais. Sua análise refere-se à questão da politização do corpo biológico do indivíduo. Não obstante, o faz calcando-se em diversos pensadores, tais como; Hannah Arendt, Karl Schimitt, Alain Badiou, Emile Durkheim e Walter Benjamin, entre outros. Contudo, indubitavelmente, pode-se afirmar que a influência dos estudos de Foucault sobre seu trabalho, foi preponderante. Os escritos sobre o biopoder vão servir de base para que Agamben possa elaborar sua teoria do Homo Sacer. Vejamos o que ele nos coloca em seu Homo Sacer, sobre essa análise foucaultiana acerca da absorção política da vida natural dos homens:

> Michael Foucault começou a orientar sempre com maior insistência as suas pesquisas para aquilo que definia como bio política, ou seja, a crescente implicação da vida natural do homem nos mecanismos e nos cálculos do poder. Ao final da *vontade de saber,* ele resume, como vimos, o processo através do qual às portas da idade moderna, a vida torna-se a aposta em jogo na política com uma fórmula exemplar [...] O homem moderno é um animal em cuja política está em questão a sua vida de ser vivente. (AGAMBEN, 2014, p. 116)

A partir da análise do pensamento construído por Foucault, consoante o qual a vida natural ganha uma posição central no estudo dessa bio política, Agamben parte em direção à antiguidade clássica e busca para o desenvolvimento de seu próprio pensamento acerca do problema, a divisão

---

[2] Filósofo italiano, autor de obras que percorrem temas que vão da estética à política. Seus trabalhos mais conhecidos incluem sua investigação sobre os conceitos de estado de exceção e homo sacer.

clássica na filosofia grega, em relação à palavra “vida”, para a qual os antigos não possuíam apenas uma expressão, mas sim duas: “zoé”, significava a vida natural, e “bios”, que representava a vida individualizada, pertencente a um indivíduo, ou a um determinado grupo. Ainda existia o termo “mos”, relativo à vida politicamente qualificada. A partir dessa divisão grega é que o filósofo italiano irá desenvolver o conceito de vida nua.

Agamben utiliza-se dessa diferenciação na conceituação de vida, por parte dos gregos, para focar sua análise na época moderna e contemporânea, no intuito de ir além de Foucault e explicar como essa vida natural, não qualificada, transforma-se em domínio do poder estatal, mas, sobretudo, busca provar como esse fenômeno revelado por Foucault é, na verdade, um processo histórico, e busca utilizar tal questão acerca da bio política, como meio de qualificar o poder moderno e contemporâneo.

Sobre a vida nua, Agamben nos coloca, em seu *Homo sacer - o poder soberano e a vida nua;*

> À vida nua e aos seus *avatar* no moderno (a vida biológica, a sexualidade etc) é inerente uma opacidade que é impossível esclarecer sem que se tome consciência do seu caráter político; inversamente, a política moderna, uma vez que entrou em íntima simbiose com a vida nua, perde a inteligibilidade que nos parece ainda caracterizar o edifício jurídico-político da política clássica. (AGAMBEN, 2014, p. 117)

É justamente a partir da vida nua, que ele nos mostra o imbróglio no qual o homem, visto apenas em sua vida natural (Zoé), é subjugado pelo poder estatal, estando, ao mesmo tempo dentro do parâmetro jurídico-político, no que concerne à sua “bios”, ou existência qualificada, politizada. Com o desenvolvimento do biopoder, o homem é cada vez mais enfocado, pelo poder soberano, apenas em seu aspecto natural, biológico, tomando demasiada importância ao controle estatal. Ao mesmo tempo, destaca essa realidade de desamparo do homem enquanto corpo natural pelo ordenamento jurídico. Ou seja, temos aqui a realidade do homem político protegido pelo “véu” do ordenamento jurídico, e a realidade do homem em sua essência biológica, que é ignorado, até então, legal e politicamente.

Agamben utiliza-se de uma figura da época romana, que intitula “homo sacer”, com um personagem do direito romano, do qual vai valer-se para

exemplificar a condição da vida nua perante o biopoder. O homo sacer, em Roma, seria aquele indivíduo que já nascera *"Sacro",* ou seja, estava predisposto a ser sacrificado aos deuses, logo, aquele que atentasse contra sua vida, poderia, alegar, uma vez sob juízo, a sacralidade da vítima, Agamben intitula tal condição acional, como uma exceção à lei, estabelecida pelo indivíduo. Dessa forma, o acusado de homicídio, geraria um estado de exceção à lex.

Se analisarmos a teoria contratualista, consoante a qual, anteriormente à existência soberana, predominava o caos, o antes do ordenamento jurídico é a selvageria, antepondo-se à vida biológica. Diante disso, o soberano seria o responsável por determinar e classificar o estado de caos, instaurando ou não o estado de exceção.

Assim, Agambem mostra que o Estado soberano e o *homo sacer* guardam paralelismos entre si, haja vista que para o Estado todos os indivíduos são, em natureza, homens sacro, ou seja, aqueles sobre os quais se detém o direito de matar por sacrifício santo; por outro lado, o próprio Homo sacer existe como meio para que todos os outros possam existir como o Estado, que, no exercício de sua soberania, pode matá-lo, sem existir culpabilidade.

> Nós já encontramos uma esfera-limite do agir humano que se mantém unicamente em uma relação de exceção. Esta esfera é a da decisão soberana, que suspende a lei no estado de exceção e assim implica nele a vida nua, devemos perguntar-nos, então, se as estruturas da soberania e da *sacratio*, não sejam de algum modo conexas e possam, nesta conexão, iluminar-se reciprocamente [...] o *homo sacer* apresentaria a figura originária da vida presa no *bando* soberano e conservaria a memória da exclusão originária através da qual se constituiu a dimensão politica. (AGAMBEN, 2014, p. 84)

Com isso, Agamben tenta mostrar a vulnerabilidade à qual todos, como seres inseridos em um sistema político regido por esta espécie de poder biológico dos Estados, estão sujeitos. A vida em sua totalidade (natural e política), na atualidade, encontra-se à mercê da vontade estatal. Assim, todos nós potencialmente estamos à disposição da querência soberana, assim como o *homo sacer* diante da exceção do poder soberano.

Podemos ainda expor o que Agamben nos coloca sobre a figura do homo sacer, em relação às sociedades modernas ou contemporâneas, a

exemplo do que ocorre no século XX. (Agamben, 2014, p. 117) Durante o regime nazista, onde milhões de pessoas, entre judeus e ciganos, além de outras etnias e por diversos motivos, foram exterminados. O motivo? Assim como o personagem romano, tais indivíduos foram julgados como seres matáveis, sem valor político ou biológico. Dessa forma, expressa-se o viés bio político de um regime totalitário. Talvez, essa seja a forma mais extrema experimentada da bio política moderna. Contudo não é a única:

> O rio da biopolítica, que arrasta consigo a vida do homo sacer, corre de modo subterrâneo, mas contínuo. É como se, a partir de um certo ponto, todo evento político decisivo tivesse sempre uma dupla face: os espaços, as liberdades e os direitos que os indivíduos adquirem no seu conflito com os poderes centrais simultaneamente preparam a cada vez, uma tácita, porém, crescente inscrição de suas vidas na ordem estatal, oferecendo assim uma nova e mais temível instância ao poder soberano do qual desejariam liberar-se. (AGAMBEN, 2014, p. 118)

Ou seja, é o poder soberano, seja ele em sua instância totalitária, seja em sua feição democrática, aquele que determina o valor de vida e da morte do indivíduo. Porém, não devemos pensar, exclusivamente, sobre o efeito de preservação da vida ou o ato de elidi-la, uma vez que podemos apontar Estados capitalistas, que não determinam severamente a morte, mas experimentam um tipo de morte social, ou formas de estipular a exclusão do corpo da sociedade estabelecida, ou ainda da população. Isto se dá através da demonstração de inutilidade do indivíduo na sociedade em voga. Por outro lado, ao mesmo tempo em que elimina, lentamente, um determinado cidadão, pode também agraciar aquele que atende aos ensejos do capital, aquele que se doa, que se entrega, inquestionavelmente, ao ato de produzir, ou consumir; este terá um lugar de prestígio e, indubitavelmente, terá seus direitos preservados. Diferente dos excluídos, dos não-cidadãos, que assim como o homo sacer, veem seus direitos esvaziarem-se, dessa vez, na seara moderna, através de outro tipo de exceção; mediante a lógica do capital. E assim, semelhante à figura romana, tal exceção atinge, tanto seu aspecto político, quanto o biológico.

Outro exemplo dessa investida estatal perante seus homo sacros é o papel dos doentes mentais, ou portadores de cuidados especiais, aqueles não aptos a responderem por suas vidas. Mesmo em sociedades que não

manifestadamente executam os seus *"idiotas incuráveis"* (AGAMBEN, 2014, p. 134), a exemplo da alemã, sob o regime nazista, que os eliminava, e mesmo em estados que não permitem a morte, acontece o que Agamben chama de surgimento da "vida sem valor", em que existe, em relação a esses indivíduos, uma falta de objetividade existencial, uma ausência de soberania na sua vida, e consequentemente, dá-se uma morte da vida jurídica e política, transmutando-se em uma vida não digna de ser vivida. (Agamben, 2014. p. 135). Logo, estes não serão úteis no que diz respeito ao consumo e nem à produção, sendo irremediavelmente, excluídos do convívio social, e, lentamente, irão existir em um universo escuro e inabitado, assemelhando-se, a sua condição, à ausência material do corpo, que é a morte.

> É como se toda valorização e toda "politização" da vida (como está implícita, no fundo, na soberania do indivíduo sobre a sua própria existência) implicasse necessariamente uma nova decisão sobre o limiar além do qual a vida cessa de ser politicamente relevante, é então somente "vida sacra" e, como tal, pode ser impunemente eliminada. Toda sociedade fixa este limite, toda sociedade – mesmo a mais moderna – decide quais sejam os seus "homens sacros". É possível, aliás, que este limite, do qual depende a politização e a *exceptio* da vida natural na ordem jurídica estatal não tenha feito mais do que alargar-se na história do Ocidente e passa hoje – no novo horizonte biopolítico dos estados de soberania nacional – necessariamente ao interior de toda vida humana e de todo cidadão. (AGAMBEN, 2014, p. 135)

Ao analisarmos a lógica do capital, podemos entender o que Agamben nos diz quando enfatiza; "A vida nua não está mais confinada a um lugar particular ou em uma categoria definida, mas habita o corpo biológico de cada ser vivente." (2014, p. 135). Haja vista que não somente os incapazes, ou improdutivos estão cabresteados ao poder soberano, mas todos nós, uma vez que para perpetuar o sistema capitalista, acontece um processo de modelação dos valores, para despejá-los sobre a produção aumentando assim a eficiência. Podemos citar a lógica da especialização ou capacitação da mão de obra, além de acarretar benefícios ao modo de produção e ao mecanismo de desenvolvimento do capitalismo, serve ainda para enfiar o indivíduo num buraco negro de alienação, onde a aparente conquista de conhecimento pessoal, de qualificação de vida, trará bonanças para sua vida, como forma de realização ou sucesso profissional. O trabalhador capitalista, dessa forma, vive em uma realidade alienante, quase robótica, pois não se cria vinculo, ou ainda

participação emocional com sua pratica profissional, somente uma conquista lograda a partir da necessidade imposta pelo mercado, não deixando espaço para a reflexão do indivíduo sobre sua realidade no processo de produção.

É o que Arendt (2007) entende ser a vitória do *homo Laborans* em detrimento do *homo politkos* e ao *homo faber*, ou seja o trabalho assume papel de mercadoria de consumo, e sua importância na manutenção do capitalismo, sendo o papel do trabalhador enjeitado a despolitização e a mera reprodução de mais do mesmo. O trabalho vira alvo dos mecanismos de obtenção de lucro nos meandros do capital.

> Diz-se frequentemente que vivemos numa sociedade de consumidores; e, uma que, como vimos o labor e o consumo são apenas dois estágios de um só processo, imposto ao homem pelas necessidades da vida, isto é o mesmo que dizer eu vivemos numa sociedade de operários (*labores*), ou seja, de homens que laboram. [...] A verdade bastante incômoda de tudo isto é que o triunfo do mundo moderno sobre a necessidade se deve à emancipação do labor, isto é, ao fato de que o *animal laborans* pôde ocupar a esfera pública; e no entanto, enquanto o *animal laborans* continuar de posse dela, não poderá existir uma esfera verdadeiramente pública, mas apenas atividades privadas exibidas em público. O resultado é aquilo que eufemisticamente se chama de massas; e o seu profundo problema é a infelicidade universal, devida de um lado, à perturbação do equilíbrio entre o labor e o consumo e, de outro, à persistente exigência do *animal laborans* de perseguir uma felicidade que só pode ser alcançada quando os processos vitais de exaustão e regeneração, de dor e de alijamento da dor, estão em perfeito equilíbrio. (ARENDT, 2007, p. 138-146)

Temos aí, o papel fundamental do homo sacer nos estados regidos pela bio política: o de resignar-se em sua atividade de consumo e produção. Essa relação entre consumo produção e a vida biológica, guarda diversas peculiaridades e traz infinitas e dolorosas consequências na vida social. Como veremos adiante, a partir dessa correlação dos fatores vistos; a biopolitica, o neoliberalismo, o homo sacer e o consumismo inveterado.

4 A IMPORTÂNCIA DO CONSUMO NESSA RELAÇÃO: MODELO NEOLIBERAL CAPITALISTA, BIOPODER E O HOMO SACER:

Como é que a lógica do discurso e as práticas neoliberais irão sustentar os fundamentos do Biopoder defendido por Foucalt, e por sua vez como esse

biopoder vai encontrar esse terreno fértil para a manutenção do Homo Sacer de Agamben?

A partir do que vimos e do que conhecemos nas sociedades modernas, os conceitos como neoliberalismo econômico, capitalismo, crise, biopoder e homo sacer, coadunam-se com a atual situação econômico-social dos países inseridos no contexto capitalista ocidental. Contudo, Um termo pode nos auxiliar deveras na assimilação deste entrelace conceitual, qual seria este? Diante disto, nos parece interessante expor a valiosa admoestação de Arendt acerca do consumo na sociedade moderna:

> Os dois estágios pelos quais deve passar o eterno ciclo de vida biológica, os estágios do labor e do consumo, podem mudar de proporção ao ponto em que todo o <<labor power>> humano seja gasto em consumir, acarretando o grave problema social do lazer, isto é, essencialmente, o problema de como produzir um numero suficiente de oportunidades para a exaustão diária e para manter inata a capacidade humana de consumo. O consumo isento de dor e de esforço não mudaria – apenas aumentaria – o caráter devorador da vida biológica, até que uma humanidade, inteiramente <<libertada>> dos grilhões da dor e do esforço, pudesse livremente <<consumir>> o mundo inteiro e reproduzir diariamente tudo o que desejasse consumir. A quantidade de coisas que apareceriam e desapareceriam a cada dia e a cada hora no processo vital de tal sociedade seria, na melhor das hipóteses, irrelevante para o mundo, caso este e o seu caráter de objeto pudessem suportar o temerário dinamismo de um processo vital inteiramente motorizado. (ARENDT, 2007, p. 144)

Arendt (2007) destaca a importância do consumo justamente nessa relação entre o homo sacer, inserido na realidade do biopoder, e a sua função dentro da lógica neoliberal de trabalhador, e o consumidor. A autora nos mostra que o consumo assume uma condição de organismo vivo, que governa a existência biológica do homo sacer, e se mostra dominador na relação trabalho – consumo, consoante a qual o homem só trabalha mais, se capacita, e se qualifica, no intuito de vender mais caro sua força de trabalho, para, assim, consumir mais e melhor. Ao mesmo tempo em que faz esse movimento de forçar-se a trabalhar mais e de gerir esforços para lograr aperfeiçoar-se, passa, na verdade, por um sofrimento, um eterno buscar, uma eterna inquietação, que só é saciada ou curada, com o ato de consumir, tornando esse ciclo contínuo e auto-degradante.

O termo sociedade de consumo é comumente usado na descrição e avaliação dos passos que o capitalismo deu e dá atualmente, para os

meandros da vida biológica do homem. O termo qualifica uma espécie de bandeira fincada pelo capitalismo, que delimita os avanços em relação ao consumo em países como Estados Unidos. Tais sinalizadores de consumo, traduzem-se, ao menos na lógica capitalista de consumo, em desenvolvimento econômico e social.

É óbvio que, esse aumento na estrutura econômica e social é delimitado a partir dos índices do consumo, o que gera mais lucros para as empresas, o que geram mais vagas de emprego, que geram mais consumo. Importante notar que uma quebra nesse organismo, significaria uma enorme crise, empurrando o indivíduo ao desemprego e, consequentemente, o impossibilitando de consumir os mais básicos e primordiais bens para sua subsistência.

Esse modelo capitalista, essa forma de ele se estruturare se fortalecer nos países ocidentais, tem suas origens na Revolução Industrial no Sec. XIX, mas, sobretudo, guarda ligação estrita ao chamado *American way of life,* expressão usada a um suposto "estilo de vida" exercido pelos americanos na década de 20, que perpassou tanto o âmbito econômico, social e cultural nos Estados Unidos. Nessa fase, as cidades americanas tornaram-se centros de indústrias e serviços, além do destaque dado para o sistema de consumo que valorizou o fortalecimento da classe média americana. Como exemplo dos problemas gerados por esse modelo econômico exacerbado, nos Estado Unidos ocorreu na década de 10 do Século XX, uma crise gerada pela grande produção, fábricas ficaram com seus estoques abarrotados de produtos, sem ter consumidores o bastante para adquirirem o excedente fabril, o que contribuiu para a crise de 1929, o que podemos, de forma breve, exemplificar como a diminuição nos movimentos de exportação nos EUA, principalmente para Europa, a superprodução agrícola, a diminuição do consumo, e a grande compra de ações dessas empresas na bolsa de valores, pelos americanos, o que acabou gerando uma desvalorização das mesmas

O governo americano desenhou e implementou formas para amenizar os efeitos da crise, sendo criado o *New Deal*, que caracteriza-se pelo conjunto de programas implementados nos EUA na década de 30, durante o governo do presidente Roosevelt, no intuito de recuperar e fortalecer a economia norte-

americana. Com isso, o sistema de crédito ganhou destaque, e o aumento da renda, foi um mecanismo para tentar aumentar o consumo. Temos aí o consumo por ele mesmo. Foucault entende ser o New Deal um dos elementos de contexto fundamentais, que iriam fomentar e solidificar o neoliberalismo americano. (FOUCAULT, 2008, p.298)

Importante ressaltar que, nessa sociedade calcada nos princípios capitalista e neoliberais, o trabalho, na verdade, uma representação do próprio corpo do homem. Em uma escancarada correlação entre o homem, o trabalho e sua representação econômica dentro do sistema capitalista, dessa maneira, o trabalho ganha ares de agente econômico ativo, e sua posição na economia americana mostra-se fundamental para a revitalização da mesma. Como bem nos determina Foucault (2008, p. 304); "Ele vende a sua força de trabalho por certo tempo, e isso em troca de um salário estabelecido a partir de certa situação de mercado que corresponde ao equilíbrio entre a oferta e a procura de força de trabalho."

A politica neoliberal americana seria a principal responsável por essa exploração do trabalho pelo viés econômico, pela implementação mais consolidada de um conceito de capital humano (FOUCAULT, 2008, p. 302). A ideia de vida biológica do individuo como empresa, guarda suas semelhanças ao que o filosofo francês denominou como *Gesellschaftspolitik***,** termo criado pelos ordoliberais alemães, uma forma de ver o desdobramento do modelo econômico. Como uma generalização da economia e uma supremacia monetária diante da vida, e é o que encontramos hoje, exatamente uma ultra valoração do modelo oferta e procura. Vejamos o que em *nascimento da bio política*, o pensador nos acrescenta;

> A própria vida do individuo, com, por exemplo, sua relação com a sua propriedade privada, sua relação com a sua família, com seu casamento, com seus seguros, com sua aposentadoria – tem de fazer dele como que de uma espécie de empresa permanente e de empresa múltipla. É portanto essa reenformação da sociedade segundo o modelo da empresa, das empresas. [...] (FOUCAULT, 2008, P.332).

O que vemos hoje é exatamente essa relação do individuo, que tem sua vida biológica atrelada ao modelo neoliberal; aos anseios do mercado. Cada vez mais, as noções de investimento – custo – lucro, migram do mundo

econômico mercadológico e se alastram no âmbito social e biológico de cada homem. Foucault também exemplifica essa relação, na vida, na relação mãe e filho, segundo o prisma neoliberal;

> A propósito do investimento em capital humano, eu havia evocado alguns desses problemas na análise que eles fazem do capital humano, como vocês se lembram, os neoliberais procuravam explicar, por exemplo, como a relação mãe-filho, caracterizada concretamente pelo tempo que a mãe passa com o filho, pela qualidade dos cuidados que ela dedica, pelo afeto de que ela da prova, pela vigilância coma que acompanha seu desenvolvimento, sua educação, seus progressos, não apenas escolares, mas físicos, pela maneira como não só ela o alimenta, mas como ela estiliza a alimentação e a relação alimentar que tem com ele – tudo isso constitui, para os neoliberais, um investimento, um investimento mensurável em tempo, um investimento que vai constituir o que? Capital humano, o capital humano da criança, capital esse que produzirá renda. Essa renda será o que: o salário da criança, quando ela se tornar adulta. E para a mãe, que investiu, qual a renda? Bem, dizem os neoliberais, uma renda psíquica, haverá a satisfação que a mãe tem de cuidar do filho e ver que seus cuidados tiveram sucesso. (FOUCAULT, 2008, p. 334)

Dessa forma, percebemos que, o peso do mercado gera obrigações na vida do homem, que investe em sua vivência, como que investindo no seu capital humano. Ele é, a partir dessa lógica, um ser determinado pela sua habilidade e competência em produzir renda. Essa eterna busca por qualificação ou aperfeiçoamento proporciona o controle total de sua vontade como ser humano, pela querência e necessidades do mercado. Ou seja, diante desse controle, o homem direciona suas opções e escolhas, sendo influenciado pelo mercado, fazendo escolhas pré-estabelecidas, muitas vezes antes mesmo do homem nascer; é o caso da família que já repassa sua carga de anseios existenciais aos filhos, não obstante, tais anseios estejam abarrotados de influência e estímulos econômicos.

Tais exposições nada mais são do que exemplos da experimentação do biopoder sobre os costumes e os convívios sociais dentro de uma realidade neoliberal.

Aqui vale acrescentar, a meu ver, a visão de Belluzzo acerca do trabalho na lógica capitalista. Ele nos mostra que o trabalho assalariado é uma forma de aumentar a riqueza, fortalecer a economia, e não uma forma altruísta de ajudar o próximo; o trabalho de subsistência, na verdade, injeta riqueza no

mercado, pois, aquele que trabalha para produzir, também ganha para consumir a produção. (BELLUZZO, 2009, p.63)

O autor ainda acrescenta o perigo dessa desenfreada corrida do capitalismo, que promove, cada vez mais, o distanciamento do Estado de suas decisões. Em alguns países, essa selvageria neoliberal, que acaba dilacerando a vida biológica de muitos, como exemplo de muitas familias que padecem com a pura incapacidade de alimentar-se. Vejamos;

> Tal sensação de insegurança é o resultado da invasão, em todas as esferas da vida, das normas da mercantilização e da concorrência como critérios dominantes da integração e do reconhecimento social. A expansão da informalidade e da precarização das relações de trabalho — e a desagregação familiar que as acompanham — tendem a avançar para a criminalidade eventual e, depois, para o crime organizado. Os subsistemas socioeconômicos que vivem da atividade criminosa ou ilegal passam a ocupar o espaço deixado pelo desaparecimento das oportunidades de vida antes oferecidas pela economia "oficial". Não bastasse isso, estão sob constante ameaça de definhamento as instituições do Estado do Bem-Estar, que, ao longo das últimas décadas, vinham assegurando, nos países desenvolvidos, direitos sociais e econômicos aos grupos mais frágeis da sociedade. (BELLUZZO, 2009, p. 98)

Ele inicia em outra discussao, em relaçao a essa sociedade de consumo regida pelo bio poder, que é a criação do Estado prisional e de sua leva de excluídos. Este Estado prisional terá sua representatividade nos excluídos da população economicamente ativa, em sua maioria negros, pois a redução do estado de bem-estar fecunda o aumento da criminalidade, assim como não reduz a ânsia pelo consumo, aquele que está à margem do sistema de produção. Seja por falta de investimento em seu capital humano, seja por qualquer outro motivo, aquele que não produz, não deixa de desejar consumir o que se tem disponibilizado. Assim, na mesma proporção que cresce o número de desempregados, cresce também o número de prisioneiros. (BELLUZZO, 2009 p. 99).

Diante do conceito anteriormente exposto sobre Biopoder em Foucault e o Homo sacer de Agamben, ambas as citações de Belluzzo permitem entender o biopoder como sendo a força propulsora desse trabalho assalariado para fortalecer a economia. O surgimento desse Estado prisional, que se caracteriza pela exclusão de um indivíduo, quando economicamente inativo e

improdutivo, sendo, portanto, descartável à economia capitalista atual, pode ser equiparado ao homo sacer de Agamben.

Percebemos que ocorre uma crescente mudança nos tempos de capitalismo nessa versão neoliberal globalizada. Uma substituição do valor humano pela lógica da monetização. Vemos, de forma cada vez mais latente, a supressão de regulamentações estatais, e a desgorvenada porfia do mercado, que se nutre na fonte da neoliberdade. São tempos de desiguldades sociais e valorização do "eu".

Uma vez que aquele que compra, sente-se vivo, aquele valorizado pelos iguais, é o que possui. O homem de bens é o que se sente vivo, pois percebemos que nessa lógica do capital, aquele que está vivo, consome, compra, possui. Bons, são os que têm.

Tais formas de se ver e determinar o bom e o ruim na sociedade de consumo serve como um mecanismo de controle do bio poder, em realação às liberdades, pois aqueles que ocupam os presídios, são os que não produzem; os excluídos. Foucault (2004, p.86), deixa claro o quão deplorável é a situação deles. Os castigos, por sua vez, têm relação direta com a disciplina, sendo necessários ao passo que a obediência e um corpo obediente e dócil, tem uma ligação íntima com a utilidade social. Esses excluídos servem como exemplo para que o homem de bem não pare de produzir, e siga sua labuta no intuito de elevar-se, e ao mesmo tempo, manter o padrão do sistema capitalista. É atraves do pavor e do medo de habitar os calabouços sociais criados pelo capitalismo, que se perpetuam os moldes mercadológicos. Como nos coloca Foucault;

> "Pode-se dizer que a delinquência, solidificada por um sistema penal centrado sobre a prisão, representa um desvio de ilegalidade para os circuitos de lucro e de poder ilícitos da classe dominante." (Foucault, 2004, p. 233).

Ou seja, a delinquência é usada como exemplo de controle de um *status quo*, pelo qual o sistema capitalista, (como meio de poder), logra, todos os dias, fazer com que o corpo social permaneça com sua função útil ao sistema de produção. Uma vez que, a regra para não estar no lócus marginal, é participar e ser bem sucedida dentro do sistema vigente.

Os excluídos do processo de produção – consumo, são etiquetados socialmente, e destacados como os que não consomem. São, na visão de Bauman, os impuros. Vejamos;

> Uma vez que o critério da pureza é a aptidão de participar do jogo consumista, os deixados fora como um "problema", como a "sujeira" que precisa ser removida, são *consumidores falhos* — pessoas incapazes de responder aos atrativos do mercado consumidor porque lhes faltam os recursos requeridos, pessoas incapazes de ser "indivíduos livres" conforme o senso de "liberdade" definido em função do poder de escolha do consumidor. São eles os novos "impuros", que não se ajustam ao novo esquema de pureza. Encarados a partir da nova perspectiva do mercado consumidor, eles são redundantes — verdadeiramente "objetos fora do lugar". O serviço de separar e eliminar esse refugo do consumismo é, como tudo o mais no mundo pós-moderno, desregulamentado e privatizado. Os centros comerciais e os supermercados, templos do novo credo consumista, e os estádios, em que se disputa o jogo do consumismo, impedem a entrada dos consumidores falhos a suas próprias custas, cercando-se de câmeras de vigilância, alarmes eletrônicos e guardas fortemente armados; assim fazem as comunidades onde os consumidores afortunados e felizes vivem e desfrutam de suas novas liberdades; assim fazem os consumidores individuais, encarando suas casas e seus carros como muralhas de fortalezas permanentemente sitiadas. (BAUMAN, 1998 p. 24)

Seria essa realidade, um dos motivos da angústia humana nos tempos de neoliberalismo econômico, pois a lei e ordem assumem parâmetros a partir do que rege o mercado, acarretando em cada individuo uma dor, ao não poder fazer parte do jogo, ao não ser feliz em ter, e em não ser o correto, o puro. Dessa forma, os estranhos a essa ordem social, estipulada pelo capital, vivem sob pressão da moderna constituição da ordem social capitalista. (BAUMAN, 1998 p. 30).

Parece-nos pertinente o que Arendt elabora acerca dessa sociedade de consumo, possuindo sua fala, um tom de conselho e alerta perante essa realidade;

> Quanto mais fácil se tornar a vida numa sociedade de consumidores ou de operários, mais difícil será preservar a consciência das exigências da necessidade que a impele, mesmo quando a dor e o esforço – manifestações externas da necessidade – são quase imperceptíveis. O perigo é que tal sociedade, deslumbrada ante a abundância de sua crescente fertilidade e presa ao suave suncionamento de um processo interminável, já nao seria capaz de reconhecer a suia própria futilidade – a futilidade de uma vida que <<não se fixa nem se realiza em coisa alguma que seja permanente, que continue a existir após terminado o labor>>. (ARENDT, 2007, p. 147)

É a ausência de uma consciência da perda por obter em demasia, por parte dos indivíduos, onde o mercado regula a vontade e limita a liberdade dos homens, regula também através da limitação de ações do Estado. Diante disso, surge a necessidade de uma maior atenção para a condição do homem inserido no contexto econômico, já que a vida torna-se objeto das querências do capitalismo, e dos anseios mercadológicos. Nessa relação, surge um questionamento chave: onde residem as proteções dessa vida?

CONCLUSÃO

Notadamente, a vida humana é tratada pelo neoliberalismo como uma mercadoria, o trabalho humano adquire aspectos de produto, em que o controle estabelecido pelo capitalismo sobre a vida humana, ao qual Foucault nos alerta, tem sua condição na negligência de atuação por parte do Estado, sobretudo na ausência de regulação que defendam a existência biológica da vida humana frente aos quereres do mercado.

Fica clara a transfiguração da vida e do trabalho, como fatores importantes nessa nova fase do capitalismo neoliberal, fatores cruciais na relação de produção, e consequentemente, essa participação da vida como ferramenta na obtenção de lucro pelas empresas capitalistas, acaba por gerar a exploração da força de trabalho, além da própria exploração da vida humana. Deste modo, surge a necessidade de se determinar meios para a diminuição das desigualdades sociais oriundas desse processo.

Pensar o neoliberalismo e suas consequências, é imaginar um modelo de governo que se preocupe com os sujeitos econômicos em todas as suas estratificações, pensar as condições de trabalho, assim como a obtenção de liberdades individuais, assim como a liberdade de classes nesse contexto de consumo inveterado.

O homem como detentor de direitos deve ser visto também como o estopim para uma reavaliação do capitalismo em seu modelo neoliberal. A vida como dona de singularidades e subjetividades alheias ao capital. Pois, hoje, nunca se viveu tanto para trabalhar, e nunca se trabalhou tanto para consumir.

Bibliografia

ARENDT, HANNAH. A condição humana. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2007.

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua. 2 ed., Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BAUMAN, Zygmunt, O mal-estar da pós-modernidade. Tradução de Mauro Gama; Cláudia Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BELUZZO, Luiz Gonzaga. Os antecedentes da tormenta; origens da crise global. Campinas: UNICAMP, 2009.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir. 29ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

FOUCAULT, M. História da Sexualidade I. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 13ª ed., 1988.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. São Paulo: Martins Fontes, 2008.